

Ana Clara Ferreira (ao microfone) participa de solenidade no Senado



## Redação campeã marca festa do Dia da Bandeira

Estudante paranaense lê redação que venceu concurso do Senado. **3**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.928 – Brasília, quinta-feira, 20 de novembro de 2008

## Garibaldi devolve MP das filantrópicas

Decisão, aplaudida por senadores da oposição, recebeu críticas da base governista, que recorreu à Comissão de Constituição e Justiça

Usando a prerrogativa de impugnar proposições contrárias à Constituição, prevista no Regimento Interno do Senado, o presidente da Casa, Garibaldi Alves, anunciou ontem ao Plenário sua decisão de devolver ao Executivo a medida

provisória que altera as regras para concessão e renovação de certificado de entidade beneficente de assistência social. A medida provocou polêmica na sessão que se prolongou pela noite de ontem – apoiada por opositores, foi criticada pelo senador

Aloizio Mercadante e pelo líder do governo, Romero Jucá, que recorreu à Comissão de Constituição e Justiça. Antes, o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, tentou convencer os senadores sobre a importância da MP. **4 e 5**



Decisão de Garibaldi (foto ao alto) provocou várias manifestações no Plenário, como o recurso de Romero Jucá (2º em pé, à esq.) e os aplausos de Arthur Virgílio (3º em pé, à dir.)

## Aprovada MP que reajusta salários no Executivo

O Plenário aprovou ontem o texto básico do projeto de conversão oriundo da Medida Provisória 440/08, que trata do reajuste salarial de carreiras consideradas típicas de Estado, bem como da estruturação de planos de cargos na administração pública federal. Várias emendas à proposta devem ser examinadas na próxima semana. A implementação da medida vai custar somente este ano R\$ 1,9 bilhão. **5**

## Biocombustíveis: em busca da preservação

O aperfeiçoamento dos marcos regulatórios dos biocombustíveis, para evitar danos ao meio ambiente, foi sugerido por João Tenório em São

Paulo. Eduardo Azeredo, que representou o presidente do Senado no evento, disse que os biocombustíveis vieram para ficar. **3**



Eduardo Azeredo e João Tenório (1º e 2º à esq.) participam de encontro que reuniu parlamentares de vários países

## Licença de seis meses para todas as mães

A licença-maternidade de seis meses poderá ser assegurada na Constituição a todas as mães. A ampliação foi aprovada ontem pela Comissão de Justiça. **7**

## Mototáxi pode ter novas regras de funcionamento

Novas regras para o transporte de passageiros e bens em motocicletas, conhecido como serviço de mototáxi, foram acolhidas ontem pela Comissão de Justiça. **7**

Senadores manifestam insatisfação com depoimentos de representantes das operadoras, que não reconhecem vazamento de informações, denunciado por reportagem da *Folha de S. Paulo*

# Anatel admite quebra de sigilo telefônico dentro das operadoras

HÁ VÁRIAS FORMAS de se vazarem informações de dentro das operadoras, e é preciso pesquisá-las, segundo disse ontem o superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jarbas José Valente. Ele foi um dos expositores da audiência pública realizada com o objetivo de esclarecer denúncia de venda de sigilo telefônico por menos de R\$ 1, publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 14 de setembro.

Jarbas Valente lembrou que a Constituição garante a inviolabilidade do sigilo dos dados telefônicos e que, pela Lei Geral das Telecomunicações, cabe às operadoras fornecerem os meios tecnológicos necessários que assegurem a segurança de seus respectivos sistemas operacionais.

– Somente as autoridades investidas de poder podem ter acesso a dados sigilosos. Em caso de quebra de sigilo sem autorização, as penalidades podem ser de simples multas a até mesmo

perda de autorização para funcionarem – esclareceu.

Jarbas Valente explicou ainda que a agência tem trabalhado em conjunto com órgãos do Ministério da Justiça e diretamente com as próprias operadoras, na busca constante de

aprimoramento tecnológico.

A audiência foi realizada pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Paulo Roberto (E), Jarbas Valente, Leomar Quintanilha, Luiz Otávio, João de Deus e Getúlio Nery

## Empresas dizem que não constataram fraude

Nenhum dos dirigentes das empresas TIM, Vivo, Claro, Oi e Brasil Telecom reconheceu que há prática de venda de sigilo telefônico por parte de criminosos infiltrados em suas respectivas empresas. Todos garantiram estar constantemente aprofundando investigações internas na busca de possíveis falhas em seus sistemas.

O diretor de Assuntos Regulatórios da TIM, Paulo Roberto da Costa Lima, disse que investiu R\$ 26 milhões no aperfeiçoamento de um sistema de segurança da rede. Ele ressaltou ainda que em suas investigações internas nada descobriu que possa justificar a afirmação de que funcionários da TIM estejam vendendo sigilo telefônico.

O diretor de Segurança e Administração de Serviços da Vivo, Getúlio Nery Cardoso, observou que a fraude não partiu dos colaboradores da Vivo, pois qualquer um que entra no sistema tem sua senha e *login* identificados. Também o diretor de Assuntos Regulatórios da Claro, Luiz Otávio Calvo Marcondes, disse nada ter encontrado na investigação interna que conduziu.

Na opinião do diretor de Planejamento Executivo da Oi, João de Deus Pinheiro de Macedo, as empresas de telecomunicações vivem constantemente numa espécie de “Triângulo das Bermudas”.

– De um lado temos que assegurar a inviolabilidade do sigilo a terceiros, mas temos que garantir ao consumidor o acesso a seus próprios dados e ainda todos os dispositivos que possibilitem a quebra do sigilo por ordem judicial.

O diretor jurídico da Brasil Telecom, Guilherme Henriques, salientou que “dizer que não há violação é tolice”, informando que a empresa monitora seus funcionários.

## Depoimentos não satisfazem senadores

As comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vão realizar audiência pública para debater as medidas que as empresas de telefonia estão adotando para evitar a prática de venda de sigilo telefônico. A decisão foi tomada ontem por sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que se manifestou insatisfeito com a exposição feita pelos convidados na reunião de ontem.

– Evidente que a responsabilidade não é exclusiva das operadoras, mas acho que a fraude está se dando dentro delas. Proponho outra audiência pública depois que a Anatel tiver realizado investigações conjuntamente com a Polícia Federal e tomado providências junto às empresas para garantir a margem de segurança.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também foi enfático ao afirmar que a reunião de ontem não foi feita para que os dirigentes das empresas de telecomunicações detalhassem como operam seus respectivos sistemas, mas para saber que medidas estão sendo tomadas, e poderão ainda ser adotadas, para garantir a inviolabilidade do sigilo telefônico, como preconiza a Constituição.

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) sugeriu que a Anatel entrasse em contato com o setor da Polícia Federal que está investigando a quebra de sigilo dos parlamentares com o objetivo de fazer um trabalho em conjunto. Já Renato Casagrande (PSB-ES), ao lembrar que os brasileiros têm se comunicado cada vez mais por meio de aparelhos celulares, defendeu o aperfeiçoamento da legislação de telecomunicações visando ao atendimento dessa crescente demanda.

## CPI quer ouvir Jorge Félix sobre atuação de ONGs



Heráclito Fortes (E) e Inácio Arruda durante reunião da CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais, ao retomar os trabalhos, decidiu convidar o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, para falar sobre a atuação das ONGs na Amazônia. O requerimento, de autoria do então senador Sibá Machado, foi aprovado ontem em reunião administrativa do colegiado. A

data e a hora da audiência ainda serão marcadas.

O presidente da CPI, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), informou que o secretário de Saúde do Piauí, Assis Carvalho, será convocado para falar a respeito de denúncias de contratação irregular de ONGs. Será convocado ainda um representante da Receita Federal que deve ser ouvido sobre renúncia fiscal em favor das organizações não-governamentais.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Em Plenário, pacto pela infância

Às 11h, em sessão especial do Senado, será lançado oficialmente o 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância. Às 14h, o Congresso Nacional reúne-se para apreciar projetos de lei que abrem aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e ao Orçamento de Investimento das Estatais, em favor de diversos órgãos, entidades e empresas públicas, créditos suplementares e especiais.

## Garibaldi reúne-se com a Mesa

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, se reúne, às 9h, com a Mesa diretora. Às 11h, preside a sessão especial, em Plenário, de lançamento oficial do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância. Às 15h30, recebe o presidente da Aneel, Jerson Kelman. E, às 19h, participa da solenidade de abertura do 6º Encontro de Cortes Supremas dos Estados-Partes do Mercosul, no Palácio do Itamaraty.

## CDH lança campanha pelo fim da violência contra a mulher

Às 10h, audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) lançará a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. A mobilização ocorre em vários países, de 25 de novembro a 10 de dezembro. No Brasil, a campanha começa mais cedo, em 20 de novembro, no Dia Nacional da Consciência Negra, como forma de homenagear a mulher negra, que sofre dupla violência, a de gênero e a racial.

## Mais debates na 1ª Semana de Valorização da Infância

Realiza-se hoje o terceiro dia de atividades da 1ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Haverá painéis, debates e conferências, com a participação de especialistas e parlamentares, das 8h30 às 18h30, no Auditório Petrônio Portela. Às 19h, no Interlegis, apresenta-se o músico Aldécio, na programação do Ano Cultural Artur da Távola, em homenagem aos 50 anos da Bossa Nova.

## CRE discute julgamento de delitos relacionados a lavagem de dinheiro

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa, às 10h, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos de operações suspeitas de lavagem de dinheiro. Também podem ser examinados pelos senadores da CRE dois requerimentos que sugerem a inserção em ata de votos de aplauso ao economista estadunidense Paul Robin Krugman, agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008, e ao professor Antônio Augusto Cançado Trindade, eleito juiz da Corte Internacional de Justiça, em Haia.

## CDR examina projetos sobre indenização a passageiros

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne, às 10h30, para votar projeto da senadora Serys Silesarenko (PT-MT), que tramita em conjunto com outras duas proposições, sobre indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronave, atrasos superiores a duas horas ou cancelamento de vôos. Outro projeto em pauta, de Aloizio Mercadante (PT-SP), estabelece regras para indenização aos passageiros se houver cancelamento ou atraso de vôos.

## Crise financeira não afeta viabilidade dos biocombustíveis, afirma Azeredo

Os biocombustíveis vieram para ficar, disse Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ontem, em São Paulo, durante a abertura da mesa-redonda "Os Parlamentos e os Biocombustíveis". Azeredo, representando no evento o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que a crise financeira e a redução dos preços das *commodities* no mercado internacional não vão afetar a viabilidade da produção de combustíveis alternativos.

– Assim como o excesso de otimismo é prejudicial, o excesso de pessimismo também leva a se enxergar um cenário pior do que o real. O debate deve ir além da simples viabilidade econômica, pois a questão da segurança energética e ambiental é mais urgente. O petróleo vai acabar mais cedo ou mais tarde e, com crise ou sem crise, a redução da emissão de carbono tem que ser prioridade zero – ressaltou o senador.

Sobre a crise financeira, Azeredo recordou que, "quando se idealizou

esta mesa-redonda, o preço do petróleo havia alcançado a marca de US\$ 150 o barril". Agora, como observou, o petróleo voltou à casa dos US\$ 50, e os preços das *commodities* agrícolas também caíram. Com isso, afirmou, comprova-se a "falácia" do argumento segundo o qual os biocombustíveis seriam os responsáveis pelo aumento anterior dos preços dos alimentos.

Segundo o parlamentar mineiro, 35% da matriz energética do Brasil são de energias renováveis, contra 13% da média mundial. Por meio da adição de 2% de biodiesel ao diesel de origem mineral, informou, são criados 200 mil empregos no Brasil. Ele acrescentou ainda que, por ter um clima úmido, a Amazônia não representa uma boa alternativa para a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. Por isso, observou, não teria fundamento a crítica de que a produção de etanol no país estaria ligada à derrubada da floresta.



Azeredo abre mesa-redonda: "Redução da emissão de carbono tem que ser prioridade"



João Tenório: biocombustíveis não são responsáveis pelo aumento dos preços dos alimentos

## Marco regulatório pode prevenir danos ao ambiente, diz João Tenório

Por meio da criação ou do aperfeiçoamento de marcos regulatórios, os parlamentares podem incentivar, em várias partes do mundo, a utilização de biocombustíveis, afirmou ontem o senador João Tenório (PSDB-AL). Durante a abertura da mesa-redonda "Os Parlamentos e os Biocombustíveis", em São Paulo, ele ressaltou que a adequada regulação do setor pode ainda "assegurar a sua sustentabilidade e prevenir danos ao meio ambiente".

O senador – que presidiu o debate – contestou a suposta responsabilidade dos biocombustíveis pelo aumento dos preços dos alimentos em diversas partes do mundo. Ele observou que a área dedicada à produção de alimentos no planeta é de 1,2 bilhão de hectares, enquanto a destinada aos biocombustíveis não ultrapassa os 10 milhões de hectares. Na opinião

de Tenório, ocorreu uma "infeliz coincidência" entre a ampliação da visibilidade dos biocombustíveis e o aumento dos preços dos alimentos.

– Defender a bioenergia é defender a produção de uma energia limpa e renovável, capaz de reduzir a dependência do petróleo. É defender um projeto que pode ajudar a combater a fome e a pobreza, gerando mais emprego e renda em regiões hoje desfavorecidas, como a África.

Participaram também da mesa-redonda os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Cícero Lucena (PSDB-PB), Neuto de Conto (PMDB-SC), João Pedro (PT-AM) e Jefferson Praia (PDT-AM). Estiveram presentes no debate parlamentares da Alemanha, Angola, Bélgica, Bulgária, China, Congo, Filipinas, Gana, Grécia, México, Portugal, Reino Unido, Sudão, Suécia e Zâmbia.

Concurso patrocinado pelo Senado envolveu mais de 20 mil alunos em todo o país. Vencedora é aluna de escola do município de Jacarezinho, Paraná



Ana Clara entre o ministro Fernando Haddad e o presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho

## Leitura de redação marca cerimônia do Dia da Bandeira

AO LADO DO 1º secretário da Câmara, deputado Osmar Serraglio, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, conduziu na manhã de ontem cerimônia de celebração do Dia da Bandeira. O principal momento do evento foi a leitura, pela jovem Ana Clara Ferreira, da Escola de Ensino Fundamental Imaculada Conceição, de Jacarezinho (PR), da redação "Um símbolo, uma nação", com a qual ela venceu o primeiro concurso promovido pelo Senado para homenagear a Bandeira brasileira.

A menina de 14 anos, que cursa a 8ª série do ensino básico, leu a redação, no Salão Nobre do Senado, ao lado do ministro da Educação, Fernando Haddad, do chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Adhemar Costa Machado Filho, de Garibaldi Alves e de Osmar Serraglio, e diante de uma platéia formada por senadores, deputados e funcionários do Legislativo.

Como prêmio pela vitória no concurso, Ana Clara Ferreira recebeu das mãos de Garibaldi Alves um microcomputador. Sua escola recebeu quatro. Acompanhando a aluna, a diretora da Escola Imaculada Conceição, Irmã Francisca Maria, fez um discurso

celebrando o evento como um momento histórico e de extraordinário orgulho para o estabelecimento de ensino.

Em seu pronunciamento, o presidente do Senado louvou o fato de que adolescentes da 7ª e 8ª séries do país inteiro devotaram-se a escrever uma redação sobre a Bandeira a fim de disputar o concurso promovido pela Casa. Porém, conforme disse Garibaldi, vencedores são todos os participantes, que apresentaram seus textos manuscritos, com caligrafias às vezes claudicantes, buscando oferecer uma boa redação.

O ministro da Educação também discursou para dizer que esse concurso reforça o sentido de unidade que deve mover um país, observando que, além de valorizar suas riquezas naturais, o Brasil precisa valorizar suas riquezas humanas.

Os alunos premiados com o segundo e o terceiro lugares também receberam computadores. Douglas Chagas de Castro Mercier, de Aracruz, no Espírito Santo, é o segundo colocado do concurso com a redação "O resgate do civismo". O mineiro Maíke Wiliam Fialho, de Campos Gerais, obteve a terceira posição com o texto "Bandeira, uma evolução humana".

## Presidente sul-coreano visita o Senado

Garibaldi Alves Filho recebeu ontem visita oficial do presidente da Coreia do Sul, Lee Myung-bak, e comitiva com cerca de 30 pessoas, entre congressistas, ministros e diplomatas. O presidente do Senado conduziu os visitantes ao Plenário da Casa, onde o dirigente asiático louvou as relações entre Brasil e Coreia do Sul e convidou os parlamentares brasileiros a visitarem seu país.

Garibaldi e vários senadores cumprimentaram o chefe de Estado e elogiaram o desempenho da economia e a qualidade do sistema educacional da Coreia do Sul.

– Quero aqui saudar o presidente Lee Myung-bak e dizer que sua excelência traz para o nosso país uma nova face da Coreia do Sul, não apenas do ponto de vista político, mas também do ponto de vista econômico – declarou Garibaldi.

Lee Myung-bak agradeceu a "recepção calorosa" e informou sobre compromisso assumido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de intensificar as relações econômico-culturais entre os dois países e "atuar com o objetivo de gerar maiores riquezas e defender os direitos das duas nações frente aos países desenvolvidos".



## Coral do Senado canta clássicos da Bossa Nova

Na seqüência das homenagens aos 50 anos da Bossa Nova, na programação do Ano Cultural Artur da Távola, o Coral do Senado apresentou-se ontem no Interlegis. Foram apresentadas composições clássicas de Tom Jobim e Vinícius de Moraes.

**Tuma quer ação antecipada do Banco Central**

A necessidade de o Banco Central adotar uma postura de atuação antecipada na economia do país, visando atenuar os efeitos da crise financeira internacional, foi apontada por Romeu Tuma (PTB-SP).

O senador considera fundamental a preservação das metas de equilíbrio fiscal, de modo a assegurar a confiança dos investidores; e a manutenção dos investimentos programados, a fim de resguardar as expectativas do setor produtivo.

Na avaliação de Tuma, a crise de confiança reinante no mercado financeiro não advém, como aconteceu durante os períodos inflacionários, de um fenômeno de depreciação monetária.

– A atual catástrofe econômica é consequência da mais pura ganância de quem financiou sabiões populares que se sabiam irrealizáveis, a não ser mediante um crédito insolúvel – afirmou.

Tuma citou o controle da inflação e do crescimento da dívida pública, o aumento do nível de reservas estrangeiras e a administração da taxa de câmbio como pontos favoráveis para que a economia brasileira tenha mais condições de enfrentar a crise agora do que na década passada. Devido à ausência de risco de geração de tendência inflacionária, considerou oportuna a redução da taxa de juros com o objetivo de melhorar o crédito.

**Reforma pode ficar para o próximo ano**

Informado pela imprensa de que o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, pretende encerrar, ainda este ano, a votação da reforma tributária naquela Casa do Congresso, o presidente Garibaldi Alves considerou difícil que o Senado consiga fazer o mesmo até o encerramento do ano.

– Levando-se em consideração que o ano legislativo termina no dia 22 de dezembro, não vai ser fácil votar essa reforma tributária, aqui no Senado, em um mês. Acredito que vai ter uma tramitação acelerada, até gostaria que essa matéria fosse votada em minha gestão, mas não posso garantir – afirmou.

**Simon pede firmeza do Senado contra excesso de MPs**

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), a vigília em prol da aprovação de projetos que beneficiam aposentados, realizada pelo Senado durante toda a noite de terça-feira, foi importante para mostrar que a Casa “querendo, pode”.

Ao referir-se a esse gesto dos parlamentares, ele disse que o Senado deveria demonstrar a mesma força para atuar contra o excesso de medidas provisórias que interferem no andamento dos trabalhos do Parlamento.

– Apóio os aposentados, classe dolorosamente sofrida, sim. Mas vou adiante, falo no gesto, falo da ação, falo da janela que se abre para a atuação desta Casa – frisou, acrescentando que o Senado não tem coragem de devolver MPs, não legisla

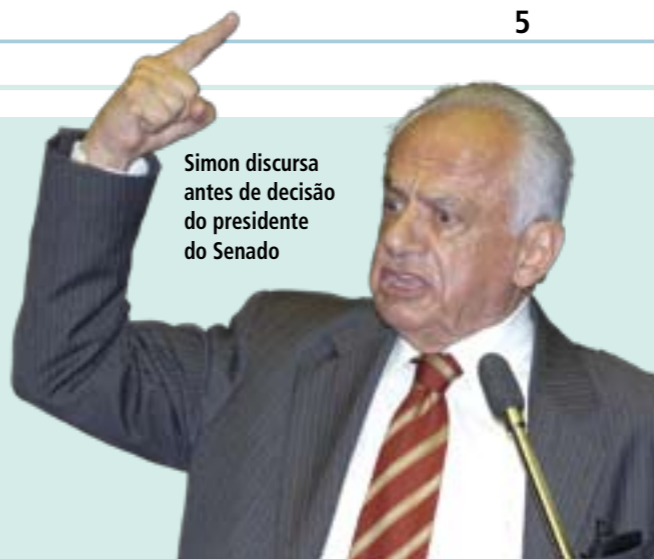
e não decide. (O discurso foi pronunciado antes da decisão de Garibaldi Alves de devolver a MP das filantrópicas.)

Simon manifestou sua indignação com a edição constante de MPs pelo Poder Executivo e considerou a criação do instru-

mento jurídico “o maior escândalo da política brasileira, mais escandaloso do que o decreto-lei do tempo da ditadura”. Também criticou a inércia do Parlamento em questões como a elaboração de lei que regulamente a fidelidade partidária,

o que obriga o Judiciário a agir numa área da competência do Legislativo.

Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou que a atuação do Congresso poderia começar contra a MP das filantrópicas (446/08).



Simon discursa antes de decisão do presidente do Senado

Foto de Moisés Muziz

**Aprovada MP que concede reajuste a diversas carreiras**

Na próxima semana devem ser apresentadas 11 emendas à medida para contemplar mais categorias de servidores

O Plenário aprovou ontem o texto básico da medida provisória (MP) que trata do reajuste salarial de carreiras consideradas típicas de Estado e da estruturação de planos de cargos na administração pública federal.

O custo total decorrente da implementação da proposta (Projeto de Lei de Conversão 27/08, oriundo da MP 440/08) é da ordem de R\$ 1,9 bilhão em 2008, R\$ 4,7 bilhões em 2009, R\$ 6,6 bilhões em 2010 e R\$ 7,2 bilhões em 2011, segundo informações do Executivo.

A medida beneficia um total de 91.308 servidores civis, sendo 45.661 ativos, 30.062 aposentados e 15.585 pensionistas, distribuídos em oito carreiras, entre as quais as de auditor da Receita Federal, fiscal do Trabalho e diplomata.

Os demais servidores contemplados pertencem às carreiras de grupo de gestão, especialista do Banco Central, analista técnico da Superintendência de Seguros Privados (Susep), analista da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e planejamento e pesquisa, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Na próxima semana, deverão ser votadas as emendas apresentadas à proposta.

**Discussão**

Antes da votação, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ser favorável ao mérito da matéria, mas criticou o método utilizado pelo governo para o encaminhamento da proposta. De acordo com o senador, o reajuste dos servidores públicos deveria ser concedido por meio de projeto

de lei, não por MP.

– O governo utiliza o caminho democrático e legítimo para fazer justiça aos servidores públicos – afirmou Mozarildo.

Já o senador José Agripino (DEM-RN) destacou que serão apresentadas 11 emendas à proposta na próxima semana, tendo em vista que algumas categorias de servidores, que já haviam firmado acordo com o governo, não foram contempladas pela medida provisória. Francisco Dornelles (PP-RJ) também pediu destaque para emendas apresentadas na Câmara dos Deputados relacionadas à Comissão de Valores Mobiliários e à Susep.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) ressaltou que iria votar a favor da matéria, tendo em vista que o governo já garantiu que pode arcar com os custos da proposta. No entanto, advertiu o senador, o governo deveria empenhar-se no corte de despesas, tendo em vista o cenário de recessão futura decorrente da atual crise financeira internacional.

**Crise**

Foi lido ontem em Plenário o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 30/08, proveniente da Medida Provisória (MP) 443/08, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias inteiras ou controladas e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil. A MP foi editada com o objetivo de contornar a crise financeira.



Senadores acatam medida que beneficia 91.308 servidores civis de oito carreiras

**Congresso vota pedidos de abertura de créditos adicionais**

O Congresso Nacional reúne-se hoje, às 14h, para apreciar projetos de lei que abrem aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e ao Orçamento de Investimento das Estatais, em favor de diversos órgãos e empresas públicas, créditos suplementares e especiais.

Entre os pedidos, estão o PLN 48/08-CN, que abre ao Orçamen-

to de Investimento para 2008, em favor de empresas do grupo Petrobras, crédito no valor total de R\$ 4,7 bilhões.

Outro pedido de abertura de crédito para empresas da Petrobras é o PLN 53/08-CN, no valor de R\$ 7,62 bilhões, o qual também reduz investimento de empresas do mesmo grupo no total de R\$ 7,64 bilhões.

**Garibaldi devolve a MP das filantrópicas**

Presidente do Senado se vale do Regimento Interno para adotar decisão. Líder do governo, Romero Jucá, recorre à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, decidiu no final da tarde de ontem devolver à Presidência da República a Medida Provisória 446/08, que altera as regras para concessão e renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social. A resolução foi anunciada depois de longo debate em Plenário, durante o qual Garibaldi havia dito que a MP contém dispositivos inaceitáveis e que não poderia ser votada da forma como está. A medida provisória aguarda apreciação na Câmara dos Deputados.

Uma das principais críticas ao texto dessa MP é o fato de ela tornar

automática a aprovação dos pedidos de renovação de certificados de filantropia já feitos ao Conselho Nacional de Assistência Social. Para os senadores opositores, isso facilitará fraudes, permitindo o funcionamento de entidades desonestas.

A decisão do presidente foi tomada com base nos incisos II e XI do artigo 48 do Regimento Interno, segundo os quais compete ao presidente da Casa “velar pelo respeito às prerrogativas do Senado e às prerrogativas dos senadores” e “impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis ou a este Regimento”.

– Julgamos estar sobejamente amparado no ordenamento jurídico o entendimento de que tais medidas provisórias, utilizadas da forma como vinham sendo, são contrárias à Constituição federal – disse Garibaldi, ao justificar o ato.

A atitude de Garibaldi, porém, só valerá após parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que terá de ser votado pelo Plenário. Requerimento nesse sentido foi apresentado pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). Ele e outros senadores da base governista criticaram a decisão e contestaram sua validade regimental, bem como suas consequências

legais. Os senadores da oposição, por sua vez, aplaudiram a decisão do presidente, asseverando que ela tem amparo regimental.

Renato Casagrande (PSB-ES) lembrou que esta foi a segunda vez na história que uma medida provisória foi devolvida à Presidência da República. A primeira foi a MP 33/89, devolvida pelo então 1º vice-presidente do Senado na presidência dos trabalhos, José Ignácio Ferreira, ao então presidente da República, José Sarney. A matéria tratava da dispensa de servidores civis da administração federal e dos extintos territórios federais e extinguiu cargos, entre outras

providências.

**Debates**

A discussão a respeito da MP 446/08 começou quando o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), elogiou entrevista de Garibaldi concedida ao jornal *Valor Econômico*, na qual ele anunciava a disposição de dificultar a tramitação dessa medida provisória. Garibaldi relatou reunião ocorrida na tarde de ontem com o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, durante a qual haviam conversado sobre as discordâncias dos senadores com relação à medida provisória. O presidente do

Senado reiterou que a MP não seria votada se não fosse modificada pelo governo federal e afirmou que pretendia deixá-la “na gaveta” enquanto isso não ocorresse.

Pedro Simon (PMDB-RS), no entanto, pediu que a medida provisória fosse devolvida, argumentando que somente com essa providência seus efeitos cessariam.

Garibaldi observou que o presidente da República provavelmente recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) e expressou dúvidas quanto à efetividade da medida:

Diversos senadores se manifestaram a respeito da devolução da medida provisória.



Romero Jucá (em pé, à esquerda) contesta argumento da oposição de que MP é ilegal e anuncia recurso à CCJ

**Oposição e alguns governistas apóiam a iniciativa do presidente do Senado**

A decisão do presidente do Senado, Garibaldi Alves, de devolver a Medida Provisória (MP) 446/08 ao Executivo provocou uma série de manifestações na noite de ontem no Plenário. A maioria dos 21 parlamentares que comentaram o assunto apresentou seu apoio a Garibaldi, por entender que este defendeu as prerrogativas do Poder Legislativo contra o excesso de MPs.

Houve também muitas manifestações de solidariedade em razão de o presidente do Senado ter bloqueado a tramitação de uma MP que pode conter brechas para a ação ilegal de entidades de filantropia. Foi o caso do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que sugeriu ao governo corrigir as falhas da MP das filan-

trópicas, enquanto a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa o recurso apresentado contra a decisão de Garibaldi.

As críticas, partidas principalmente dos senadores Renato Casagrande (PT-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP), fixaram-se na convicção de que Garibaldi agiu sem amparo na Constituição, uma vez que a devolução de uma MP seria prerrogativa não do presidente do Senado, mas dos Plenários das duas Casas do Congresso.

– Essa decisão cria um precedente perigoso e enfraquece o Senado, por ser inconstitucional – afirmou Casagrande.

A tese do precedente foi defendida ainda por Mercadante, o

qual lembrou que a MP não é uma “proposição”, mas um ato com força de lei. O senador lamentou ainda que a medida tenha seguido sem problemas o seu trâmite inicial, inclusive com prazo para emendas, e só tenha sido barrada no Plenário do Senado.

**Respeito**

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), Garibaldi não agiu contra a Constituição e o Regimento Interno do Senado, já que acatou o recurso e, posteriormente, respeitará a decisão que o Plenário vier a tomar ao analisar o parecer da CCJ.

O líder do DEM, José Agripino (RN), disse que o presidente do Senado atuou “em defesa do Par-

lamento”. Já Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou que o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, alertara para a subserviência do Congresso ao Executivo.

Mesquita Júnior (PMDB-AC), que participou de várias manifestações contrárias a MPs inconstitucionais, afirmou que o gesto de Garibaldi o libertou da condição de “funcionário de cartório”. E o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) disse que se sentiria desconfortável de ir contra Garibaldi nessa questão.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), o instituto da medida provisória é uma distorção, pois só caberia no regime parlamentarista. Ele apoiou a atitude de Garibaldi, mas defendeu

Moisés Muziz

Jonas Pereira

Jonas Pereira

Experiência brasileira será apresentada em encontro de governança na internet. O senador Magno Malta, presidente da CPI da Pedofilia, será um dos palestrantes

## Combate à pedofilia vai a fórum da ONU, na Índia

O ACORDO QUE permitiu às autoridades judiciais brasileiras acesso a dados de álbuns fechados do Orkut, do Google, poderá ser referência para outros países, afirmou ontem o senador Magno Malta (PR-ES), em reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. O parla-



Virgínio de Carvalho (E), Magno Malta, José Hansen e Hartmut Glaser

mentar levará a experiência brasileira ao 3º Fórum de Governança da Internet, da Organização das Nações Unidas (ONU), que será realizado entre os dias 3 e 6 de dezembro, em Hyderabad, na Índia.

O termo de ajustamento de conduta (TAC), assinado em julho pelo Google Brasil, pelo Ministério Público Federal (MPF), pela Safernet e pela CPI, tem conferido maior agilidade à liberação de dados sobre usuários do Orkut investigados por suspeita de manterem álbuns fechados contendo pornografia infantil. O acordo pôs fim a disputas judiciais travadas desde 2005 entre o MPF e o Google.

– Nós abrimos um precedente que poderá servir a todos os países onde o Google está presente. O termo de ajustamento de conduta é o reconhecimento de uma empresa que atua no mundo inteiro da necessidade de cooperação para acabar com a atuação de pedófilos que

usam o Orkut para se relacionar e ganhar muito dinheiro em nome da desgraça alheia – disse Magno Malta.

A CPI realizou ontem audiência pública com Hartmut Richard Glaser, diretor do Comitê Gestor da Internet (CGI), e José Vitor Hansen, subchefe da Divisão de Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, sobre a participação do Brasil no fórum da ONU. Também estiveram presentes ao debate os senadores Virgínio de Carvalho (PSC-SE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Criado no âmbito da ONU, o Fórum de Governança da Internet reuniu-se pela primeira vez em 2006, em Atenas, realizando o segundo encontro no ano seguinte, no Rio de Janeiro. Além da edição deste ano, o colegiado fará outros dois eventos anuais e, em 2010, deverá concluir uma proposta de governança na internet, a ser apresentada

ao diretor-geral da ONU.

### Segurança

As questões relacionadas à segurança na internet, em especial as preocupações com o uso da rede para a prática da pedofilia, têm ganhado espaço nos debates promovidos pela ONU, conforme exem-

plificou Hansen. Na próxima edição do Fórum de Governança da Internet, informou, cinco palestrantes brasileiros abordarão o combate à pornografia infantil na rede. Falarão sobre o tema, além do senador Magno Malta, Thiago Tavares, presidente da Safernet; Sérgio Suiama, procurador do Ministério Público Federal; Alexandre Hohagen, presidente do Google Brasil; e um representante da Polícia Federal.

Ainda conforme o representante do Itamaraty, o evento em Hyderabad será precedido de uma reunião de parlamentares, no dia 2 de dezembro, na qual serão discutidas as atualizações legislativas na área da internet, um tema que vem preocupando autoridades de todo o mundo. De acordo com Glaser, o Brasil está entre os países com maior número de usuários de Internet – 45 milhões –, apesar de a rede ainda ser restrita a 25% da população do país.



Victor Ricardo (E), senador Augusto Botelho, João Carlos Campos e Vital Didonet

## Cuidado adequado na primeira infância forma adultos pacíficos

Especialistas internacionais e nacionais defenderam a importância de promover cuidados e estímulos adequados na primeira infância para garantir a formação de adultos voltados para a promoção da paz. A audiência integra a 1ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que promove palestras até hoje, e foi realizada em conjunto pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O pediatra português João

Carlos Campos ressaltou o valor da presença dos pais nas consultas de saúde, bem como a necessidade do contato físico dos pais com o recém-nascido.

O psicanalista uruguaio Víctor Ricardo Flora disse que é importante promover na criança a habilidade de estabelecer vínculos. O professor Vital Didonet, membro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê (Abebê), defendeu a criação de um plano de Estado para a primeira infância. Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou que as abordagens foram riquíssimas.



Renata Molina (E), Fausto Santos, Papaléo, Solange Palheiro e Bruno dos Santos

## Embaixador indiano receberá dados do Orkut

O senador Magno Malta, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, deverá entregar hoje ao embaixador da Índia no Brasil, Bellur Prakash, informações sobre 46 álbuns fechados do Orkut e 123 conexões indianas responsáveis pela divulgação de imagens de pornografia infantil.

Os dados foram obtidos a partir da quebra de sigilo, determinada pela CPI, de 3.261 álbuns do site de relacionamentos do Google, entregues em março pela empresa à comissão de inquérito. Pedófilos indianos

foram identificados após perícia do material, realizada pela Polícia Federal.

– Vamos entregar as informações sobre os pedófilos que atuam na Índia e também uma cópia do termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado pelo Google, para que eles também possam exigir da empresa o mesmo procedimento feito no Brasil – destacou Magno Malta.

A CPI também aprovou a quebra de sigilo de mais 467 álbuns fechados do Orkut, nos quais foi confirmada a existência de conteúdo pedófilo. De acordo com

Thiago Tavares, presidente da Safernet, os álbuns foram identificados a partir de denúncias feitas à entidade no período de 2 de julho a 13 de novembro.

Seguindo os procedimentos contidos no termo de conduta assinado pelo Google, a empresa foi informada sobre as denúncias e, após perícia interna, confirmou a existência de material pedófilo nos álbuns. Com a quebra de sigilo, a CPI aguarda o envio das informações para que possam ser identificados os usuários responsáveis pela divulgação das imagens com cenas de pedofilia.

## Portabilidade dos planos de saúde é debatida por senadores

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realizou audiência pública sobre a possibilidade de mudança de plano de saúde sem que o usuário perca as carências já cumpridas no contrato original. Participaram da audiência representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), do Procon (serviço de proteção ao consumidor), da Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasau) e do Ministério da Fazenda.

Autor do requerimento para o debate, Augusto Botelho (PT-RR) disse que a mobilidade pode comportar riscos, tais como comprometer o equilíbrio atuarial das operadoras, frustrar o consumidor ou esterilizar mudanças nos planos e coberturas. Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que a informação é a chave para proteger o consumidor da propaganda enganosa. Rosalba Ciarlina (DEM-RN) lembrou que muitos usuários têm medo de sair do plano. O consumidor, ressaltou, é o maior interessado na portabilidade das carências.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Eptácio Cafeteira • Antônio Carlos Valadares

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

**AGÊNCIA SENADO**

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira

**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Medicamento genérico para uso veterinário pode beneficiar produtor

Medicamentos veterinários poderão também ser fabricados e vendidos na forma de genéricos. Foi o que decidiu ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao aprovar substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) a projeto de lei da Câmara (PLC 3/05).

Para Osmar Dias, a venda de genéricos de uso veterinário trará resultados positivos para a pecuária e a agricultura, já que os produtores poderão adquirir remédios a preços mais



Marco Maciel (E) preside reunião da CCJ, com a presença de Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Júnior e Osmar Dias

baixos do que os tradicionais. O senador entende ainda que a venda de medicamentos

genéricos irá proporcionar "concorrência saudável".

De acordo com o substitui-

tivo, entende-se como produto de uso veterinário toda substância química, biológica,

biotecnológica ou preparação manufaturada aplicada de forma direta ou misturada a alimentos e destinada à prevenção, ao diagnóstico, à cura ou ao tratamento de doenças dos animais. Estão incluídos aí os aditivos, as vacinas, os anti-sépticos, os desinfetantes de uso ambiental e os pesticidas, entre outros.

O projeto será agora examinado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde será votado em decisão terminativa.

### Autonomia do Banco Central será debatida

No dia 27, as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos (CAE) realizarão reunião conjunta para discutir a autonomia do Banco Central. Foram convidados o ministro da Fazenda, Guido Mantega; o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; o ex-ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega; e o economista e ex-presidente da instituição Armínio Fraga.

Para o presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), a audiência servirá para debater saídas concretas destinadas a amenizar a crise financeira mundial que já produz resultados negativos no país.

A audiência, às 14h, foi requerida pelo senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), relator de dois projetos de lei (PLS 72 e 102, ambos de 2007), de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que tramitam em conjunto na CCJ. As propostas tratam, respectivamente, da formalização da autonomia do BC – com a definição de mandatos fixos para a diretoria do banco e de restrições à sua demissão – e da regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

### CE vai examinar fim do exame da OAB

A Comissão de Justiça vai encaminhar a proposta que extingue o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A decisão foi tomada ontem a partir de sugestão do senador Magno Malta (PR-ES).

Autor da proposta (PLS 186/06), o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) argumenta que a advocacia é a única profissão, no Brasil, em que a respectiva entidade de classe exige a aprovação em exame de proficiência, e que o exame não pode equivaler às diversas provas e avaliações feitas pelo aluno durante o curso de graduação.

Em seu relatório, Magno Malta sugere que, antes de a Comissão de Justiça votar a proposta, a CE apresente um parecer sobre a matéria, "para que se pronuncie acerca da relação entre a qualidade do ensino jurídico no Brasil e a conveniência de se manter o exame da ordem".

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Epitácio Cafeteira (PTB-MA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), além de apoiarem a sugestão de Malta, defenderam a manutenção do exame da OAB.

## Comissão de Justiça aprova licença de 180 dias a todas as mães

Concessão do benefício pode se tornar obrigatória, conforme proposta de emenda à Constituição que será agora examinada pelo Plenário

A PRORROGAÇÃO DA licença-maternidade de quatro para seis meses poderá vir a ser assegurada na Constituição a todas as mães. A ampliação, que seria obrigatória tanto no setor público quanto no privado, está prevista na proposta de emenda à Constituição (PEC 64/07) da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir de voto favorável de Serys Silhessarenko (PT-MT). A PEC será agora examinada pelo Plenário.

Hoje, a Lei 11.770/08 já estabelece a possibilidade desse direito, ao criar o Programa Empresa Cidadã, que incentiva a prorrogação da licença à gestante de 120 para 180 dias mediante incentivo fiscal às empresas. A lei, que teve origem em projeto (PLS 281/05) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 9 de setembro.

A proposta de emenda constitucional que recebeu parecer favorável da CCJ garante a todas as mães a licença-maternidade por 180 dias sem qualquer



Autora da PEC, Rosalba lembra a importância da amamentação

tipo de redução de tributos. Serys assinalou que administrações públicas municipais e estaduais, além de empresas, já reconheceram o direito. Agora, segundo afirmou a senadora, "resta o desafio de estender o benefício a todas as mães", conforme determina a PEC, que altera o inciso 18 do artigo 7º da Consti-

tução.

Em Plenário, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) comemorou e agradeceu a aprovação da matéria na comissão. Ela também falou das diferenças entre sua proposta e a da senadora Patrícia Saboya, transformada em lei.

Rosalba parabenizou a relatora da matéria na CCJ, Serys Silhessarenko, que "defendeu a proposta com muito ardor e competência". A representante potiguar lembrou que o Ministério da Saúde já faz campanha para a amamentação do bebê até os seis meses de idade e que a Organização Mundial da Saúde (OMS) comprovou que a criança amamentada até essa fase é mais saudável. Disse ainda que, com a aprovação, o custo com a saúde das crianças vai diminuir.

## Acolhidas novas regras para o transporte de passageiro em moto

Em turno suplementar, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem novas regras para o transporte de passageiros e bens em motocicletas, conhecido como serviço de mototáxi. O projeto (PLS 353/03), de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), recebeu decisão terminativa.

De acordo com a proposta, relatada pelo senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), será da competência do



Projeto de Fátima Cleide foi votado em decisão terminativa

Conselho Nacional de Trânsito (Contran) a regulamentação das motos que poderão ser usadas para o transporte de passageiros e de bens. A intenção é dar maior segurança tanto aos passageiros quanto aos condutores.

Ao Contran caberá ainda fazer listas periódicas das motocicletas admissí-

veis para prestar o serviço e também definir detalhes para o exercício da profissão.

### Anistia a eleitores que faltaram a referendo

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto que anistia eleitores e mesários que não justificaram sua ausência no referendo sobre o comércio de armas de fogo e munições, realizado em 23 de outubro de 2005. A proposta (PLC 56/06), que já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados, na qual tramitou como PL 6.116/05, terá de ser votada agora no Plenário.

O autor da matéria é o deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO). O relator na CCJ foi o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que se manifestou favoravelmente ao projeto. Em seu parecer, o senador afirma que, "em favor da proposição, pode-se apontar o fato de o referendo ter sido a primeira experiência desse tipo em nossa história recente, realizado em momento diverso do procedimento eleitoral, o que deve ter contribuído para a ausência do eleitorado".

Virgílio lembrou que outras leis tratam da anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral referentes às eleições de 1996 e 1998.

### Bens de ex-sócio do Marka serão liberados

Senadores da Comissão de Justiça aprovaram ontem a petição de desbloqueio de bens apresentada por Carlos Alberto Ribeiro Campos Gradim, ex-sócio do Banco Marka. A matéria ainda será votada no Plenário.

O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), declarou que "a petição é extremamente curiosa e, ao mesmo tempo, danosa à imagem do Poder Legislativo". O senador lembrou que foi a comissão parlamentar de inquérito que investigou o escândalo envolvendo os bancos Marka e FonteCindam – instalada no Senado em 1999 e conhecida como CPI dos Bancos – que determinou o bloqueio dos bens de Carlos Alberto. No entanto, ressaltou, após encerrar suas atividades e não apurar irregularidades contra o ex-sócio, a CPI, "por um lapso", não comunicou à Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo que os bens deveriam ser desbloqueados.

Demostenes recordou ainda que, após o fim da CPI, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as comissões parlamentares de inquérito não podem bloquear bens, pois isso extrapolaria suas funções.



Leopoldo Silva

## Marcelo Crivella saúda Dia da Consciência Negra

Em pronunciamento, Marcelo Crivella (PRB-RJ) saudou o Dia da Consciência Negra, celebrado no dia de hoje. O senador ressaltou que a data será comemorada no Rio de Janeiro com a inauguração, na Praça XV, de estátua em homenagem ao líder da Revolta da Chibata, o marinheiro João Cândido, em solenidade que contará com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A revolta ocorreu no governo de Hermes da Fonseca, em 1910, em subdivisões da Marinha sediadas no Rio de Janeiro. O objetivo era pôr fim às punições físicas a que eram submetidos os marinheiros, como chicotadas e prisão em celas destinadas ao isolamento.

O parlamentar fluminense lembrou que dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam "com clareza que os negros ganham menos" e sofrem discriminação no país.



Moreira Mariz

Crivella participa de inauguração, no Rio, de estátua de João Cândido



Leopoldo Silva

Das 19h40 de terça-feira às 6h02 de ontem, senadores permaneceram em Plenário em movimento pela aprovação de propostas na Câmara. Foto acima: Paim (E), Zambiasi, Valter Pereira, Mesquita Júnior e Crivella. Ao lado: Flexa Ribeiro (E), Mário Couto, Papaléo e Nery

# Senadores fazem vigília em defesa de projetos que beneficiam aposentados

DESDE AS 19H40 de terça-feira e até as 6h02 da manhã de ontem, senadores de vários partidos se revezaram na tribuna do Plenário em vigília para pressionar pela aprovação de três projetos que visam à recomposição do valor das aposentadorias e pensões. Durante toda a madrugada, pelo menos 15 senadores

estiveram presentes à sessão.

Já aprovados pelo Senado, os projetos aguardam agora deliberação da Câmara. Um deles, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), acaba com o chamado fator previdenciário, redutor que leva em conta idade, tempo de contribuição e expectativa de sobrevivência para o cálculo da aposentadoria

(PLS 296/03); outro, também de Paim, estabelece a recomposição das perdas de rendimentos sofridas por aposentados e pensionistas (PLS 58/03); e um terceiro (PLC 42/07), proposto pelo Executivo, criando uma política de reajuste do salário mínimo, recebeu emenda de Paim assegurando aos benefícios pagos

pela Previdência Social o mesmo reajuste do salário mínimo.

O parlamentar gaúcho disse ter recebido cerca de 7 mil manifestações de cidadãos durante a madrugada, entre e-mails e telefonemas. Se não houver avanços nas negociações, os senadores prometem repetir a vigília nas próximas semanas.

### PAPALÉO PAES

"As 16 horas de vigília pelos aposentados foram um ato suprapartidário", considerou Papaléo Paes. O senador destacou que todos os partidos estavam representados na manifestação, mas não houve nenhum pronunciamento partidário.

– O partido que nós defendemos, ontem [terça-feira], foi o da justiça aos aposentados – destacou.

### MÃO SANTA

"A vigília cívica dos senadores em defesa dos aposentados deveria ser vista como uma luta de amor", afirmou Mão Santa (PMDB-PI).

Ele criticou o ministro da Previdência Social, José Pimentel, e endereçou a seguinte pergunta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva: "Até quando o governo vai abusar da paciência dos aposentados?".

### ROSALBA CIARLINI

Durante a vigília no Plenário, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) ressaltou o fato de as propostas que beneficiam os aposentados terem recebido apoio unânime do Senado, "que, assim, busca resgatar a dignidade do trabalhador em sua esperança no amanhã". A senadora conclamou a população a se mobilizar para pressionar o governo e a Câmara dos Deputados.

### FLEXA RIBEIRO

A madrugada de vigília, segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA), "corresponde àquilo que a população espera do Senado: uma atitude corajosa, e não irresponsável como alguns querem adjectivar".

Ele lamentou que a reunião entre parlamentares e o ministro da Previdência Social, José Pimentel, na terça-feira, "não tenha surtido resultados positivos".

## Oradores pedem vigília cívica nos municípios do país

Vários senadores que participaram da vigília em favor da aprovação dos projetos que beneficiam os aposentados defenderam a ampliação do movimento para todo o país, envolvendo principalmente os vereadores nos municípios. A sugestão partiu de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Em apoio à idéia, Romeu Tuma (PTB-SP) propôs que Paulo Paim elabore projeto de resolução a ser enviado aos presidentes de todas as câmaras de vereadores relatando a mobilização feita no Senado.

Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou em seu discurso a importância da "sessão da madrugada" para mostrar à população brasileira a coesão da Casa. Também se pronunciaram na ocasião sobre o assunto os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Papaléo Paes (PSDB-AP).

### JOSÉ NERY

A iniciativa dos senadores foi classificada por José Nery (PSOL-PA) como um gesto que revela sintonia entre parlamentares e os interesses do povo.

– Se o governo não fosse tão subserviente aos interesses dos banqueiros internacionais, haveria recursos de sobra para contemplar os aposentados de nosso país – afirmou.

### PAULO PAIM

Discurso de Paulo Paim encerrou, ontem, a vigília. Após agradecer ao Senado e aos colegas o empenho na realização da mobilização, ele anunciou que, na próxima quarta-feira, o governo deve apresentar uma proposta para negociação. Paim acredita que uma política de recuperação do valor dos benefícios seja aprovada ainda no governo Lula.

### EXPEDITO JÚNIOR

Uma "sessão histórica". Assim Expedito Júnior (PR-RO) classificou a vigília dos senadores em Plenário.

– Os frutos colhidos pelo Brasil nos últimos anos, com as melhoras na economia, não se devem só à equipe econômica, mas também ao povo e aos aposentados, que deram sua contribuição para o crescimento e a retomada do desenvolvimento – disse.

## José Nery denuncia situação de crianças no Pará



Senador diz que autoridades só atuam na crise

Foto de Jonas Pereira

O senador José Nery (PSOL-PA) lembrou em Plenário dois episódios recentes que marcaram o Pará, e lamentou que as autoridades do esta-

do só se mobilizem nos dias seguintes à ocorrência de alguma tragédia, de algum episódio que leve à comoção da opinião pública.

De acordo com o senador, pouca coisa mudou em Abaetetuba um ano depois que o Brasil tomou conhecimento de que uma adolescente havia passado um mês presa com 20 adultos em uma cela naquela cidade paraense.

– Depois de um ano, pou-

ca coisa mudou na vida das crianças e dos adolescentes do nosso estado, inclusive da cidade de Abaetetuba. Não deixar que as autoridades esqueçam o que aconteceu é muito importante. Continuar pressionando por mudanças profundas no tratamento dado a crianças e adolescentes é uma exigência – afirmou José Nery, para quem as crianças voltaram a experimentar situações de graves riscos.

## Alvaro Dias festeja vitória contra pedágio no Paraná

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) comemorou a decisão do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Cesar Asfor Rocha, de manter fechada a praça de pedágio em Jacarezinho (PR). O presidente do STJ negou provimento ao recurso apresentado pela concessionária Econorte.

A decisão do STJ teve como objetivo resolver batalha judicial travada na Vara Federal de Jacarezinho e no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que tem sede em Porto Alegre. De acordo com o senador, a heroína dessa luta é a professora Ana Lúcia Baccon, que, com poucos recursos, liderou o movimento contra o pedágio abusivo.

Alvaro afirmou que a decisão do presidente do STJ desmentiu a idéia de que a Justiça é sempre lenta. Ele manifestou expectativa de que outras cidades possam ser também beneficiadas.



Moreira Mariz

Alvaro Dias elogia coragem de professora que entrou na Justiça